



Conferência 20 anos da Lei de Terras em Moçambique

Limites e Extensão do Direito de Uso e Aproveitamento da Terra


Por: João Nhampossa (Human Rights Lawyer)
Maputo, 19 de Outubro de 2017



SUMÁRIO

- Regime Jurídico sobre DUAT!
- Limitações do DUAT.
- Desafios e Soluções Práticas.
- Conclusão.

Regime Jurídico sobre DUAT

- 
- ◆ Constituição da República
 - ◆ Lei n.º 19/97 de 1 de Outubro (Lei de Terras)
 - ◆ Regulamento da Lei de Terras aprovado através do Decreto n.º 16/87, de 15 de Julho.
 - Lei do Ordenamento Territorial.
 - Regulamento da Lei do Ordenamento Territorial
 - Política Nacional de Terras

Limitações (i)legais do DUAT!

- A prática de venda da terra (Aquisição/Transmissão do DUAT).
- Usurpação da Terra e Impunidade
- Discriminação e falta de transparência no processo do DUAT (Os grupos vulneráveis enfrentam desigualdades no acesso a terra, muitas vezes, por causa da falta de poder económico e das arbitrariedades dos serviços públicos





Limitações (i)legais do DUAT!

- Quem não tem o DUAT legalizado vive uma incerteza jurídica e vulnerável a violações.
- Processo de regularização do DUAT é moroso, complexo e com “elevadas” taxas que não estão harmonizadas, cada serviço de administração tem as suas próprias taxas e os pobres não conseguem suportar.
- Falta patrocínio jurídico aos grupos vulneráveis (Comunidades Locais)



Limitações (i)legais do DUAT

- **Expropriação da terra e falta de Compensação justa e equitativa**

“A expropriação só tem lugar por causa de necessidade pública, utilidade ou interesse públicos, definidos nos termos da lei e dá lugar a justa indemnização.”

- Dificuldades de acesso à informação e de participação pública na gestão da terra. — Consultas públicas um procedimento isolado e ineficaz.



Limitações (i)legais do DUAT

- Há cada vez mais conflitos de terra e de direitos humanos com impacto negativo na realização do bem-estar.
- Fraca Tutela efectiva do DUAT - a Lei de Terras e respectivo regulamento, não consagram de forma clara, específica e detalhada os mecanismos de tutela do DUAT em caso de violação ou perturbação.



Desafios e Soluções Práticas

- A fiscalização e controlo do negócio de compra e venda da terra carece de melhores estratégias e responsabilização aos prevaricadores.
- Urge a construção de um regime processual específico, simples e rápido para a tutela do DUAT.
- Falta ousadia legal em tratar o DUAT na perspectiva de direitos humanos.



Desafios e Soluções Práticas

- Produção de Relatório anual sobre a situação do DUAT
- A Lei de Terras enferma de incongruências quanto à sua harmonização aos princípios da não discriminação e da justiça. Os mecanismos de tutela não são claros, são pouco eficazes e oferecem espaço para manobras dilatórias que facilitam violações sistemáticas do DUAT.



Desafios e Soluções Práticas.

- O DUAT constitui um direito, mas os serviços públicos prestados para a sua satisfação são feitos como se de um favor se tratasse. As comunidades e demais grupos vulneráveis, incluindo as mulheres rurais continuam expostos a desalojamentos, usurpação de terras e outros abusos dos seus direitos sobre a terra.



Conclusão

- A prática de respeito pelo Estado de Direito democrático e pelos direitos humanos aparecem como os elementos e princípios chaves para a solução do problema do DUAT. Mas se há dificuldades em compreender e aceitar a essência destes princípios, dificilmente haverá avanços.



MUITO OBRIGADO!!!